



ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE DIREITO
DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CADERNO DE PROVA

Curso: DIREITO

Data: 21/10/2018

LEIA COM ATENÇÃO

PROVA

Você receberá do fiscal de sala este Caderno de Provas, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas e uma folha destinada às respostas das questões objetivas (Folhas de Respostas).

TEMPO

O tempo disponível para realização da prova, incluído o tempo para a marcação da Folha de Respostas, será 03(três) horas:

- Permanência mínima de 01 (uma) hora após o início da prova;
- O candidato poderá levar seu Caderno de Provas 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

É PROIBIDO

Folhear o Caderno de Provas antes da autorização do Fiscal;
Qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
Fazer uso dos sanitários, após o término da prova;
Sair do prédio de aplicação das provas portando Folha de Respostas, documento oficial para avaliação.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelo Fiscal de Sala;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as providências;
- Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo;
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 questões;
- Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa;
- Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas;
- Confira, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos, nome, número de inscrição, documento de identidade e data de nascimento;
- Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta(material transparente). A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese, ela será substituída;
- Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo;
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova, cabe exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída dos sanitários durante a realização da prova;
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova ou a Folha de Respostas;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas.
- Os 03 (três) últimos candidatos ao terminarem as provas deverão permanecer juntos na sala de provas, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de coletadas suas respectivas assinaturas;
- Qualquer tentativa de fraude implicará imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis com prisão em flagrante dos envolvidos.



Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

| | | | |
|-----------|------|------------|----------|
| NOME | | | |
| INSCRIÇÃO | SALA | IDENTIDADE | ORGAO/UF |

Direito Constitucional

Questão 01

Os direitos sociais disciplinam situações subjetivas pessoais ou grupais de caráter concreto, sendo um desdobramento do Estado Social de Direito.

Sobre tais direitos, podemos afirmar corretamente que:

- Por serem direitos de terceira dimensão, apresentam-se como prestações positivas a serem implementadas pelo Estado e tendem a concretizar a perspectiva de uma isonomia substancial e social na busca de melhores e adequadas condições de vida.
- Assim como o direito ao transporte, o direito social à moradia foi expressamente previsto na Constituição Federal pela EC n. 26/2000.
- Por serem direitos fundamentais, os direitos sociais têm aplicação imediata e podem ser implementados, no caso de omissão legislativa, pelas técnicas de controle, quais sejam o mandado de injunção ou a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- A licença-maternidade, desdobramento do direito de proteção à maternidade e à infância, abrange a licença gestante e a licença adotante, não sendo considerado inconstitucional legislação que adote prazo mínimo menor do que 120 (cento e vinte) dias para a licença adotante.
- O direito social à educação é observado quando da não cobrança de mensalidades nas universidades públicas, embora não seja inconstitucional a cobrança de taxa de matrícula por estas mesmas universidades.

Questão 02

São atribuições do Presidente da República previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- Nomear, após aprovação pelo Senado Federal, o Advogado-Geral da União.
- Fixar os limites globais para o montante da dívida consolidada da União.
- Dispor sobre os limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno a União, suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal.
- Exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos, atribuição que pode ser delegada para o Ministro do Estado da Defesa.
- Prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão

legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

Questão 03

O Conselho Nacional do Ministério Público é um órgão externo encarregado de controlar e fiscalizar a atuação administrativa e financeira dos órgãos integrantes do Ministério Público nacional.

Acerca do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- É composto de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- É sua atribuição rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou os Estados, julgados há menos de um ano.
- O mandato dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público é de 2 anos, sendo vedadas as reconduções.
- O Conselho escolherá, em votação aberta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução.
- Dentre os membros do Conselho, estarão o Procurador-Geral da República, que o presidirá, quatro membros do Ministério Público dos Estados e três membros o Ministério Público da União.

Questão 04

No tocante ao tema hermenêutica constitucional, marque a opção incorreta:

- Pelo método tópico-problemático, parte-se de um problema concreto para a norma, atribuindo-se à interpretação um caráter prático na busca da solução dos problemas concretizados.
- O método científico-espiritual faz a análise da norma constitucional de um modo onde o interpretador não deve se ater à literalidade da norma, mas sim para a realidade social e os valores subjacentes do texto da Constituição.
- Para o método jurídico, a Constituição deve ser tratada como uma lei e, assim, todos os métodos tradicionais da hermenêutica devem ser utilizados, como, por exemplo o uso do elemento sistemático, onde se busca a finalidade da norma.
- Para o método hermenêutico-concretizador, deve-se partir da Constituição para o problema, realizando um caminho inverso ao do método tópico-problemático.
- É defendido pela doutrina que o método normativo-estruturante reconhece a inexistência de identidade entre a norma jurídica e o texto normativo.

Questão 05

Os Direitos fundamentais são aqueles que proporcionam o necessário para uma existência digna e justa.

Sobre tais direitos, analise as proposições abaixo:

I – Os direitos fundamentais, ou garantias fundamentais, são bens e vantagens prescritos na norma constitucional.

II – A concorrência, característica dos direitos fundamentais, preconiza que estes podem ser exercidos cumulativamente.

III – A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento econômico e tecnológico do País.

IV – Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Sobre as proposições acima, pode-se afirmar que:

- a) Todas estão corretas.
- b) Apenas a II e a III estão corretas.
- c) Apenas a I, a II e a IV estão corretas.
- d) Apenas a I e a III estão corretas.
- e) Apenas a II, a III e a IV estão corretas.

Questão 06

Dentro da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 existe a repartição de competências entre os entes federativos como forma de garantir a harmonia do pacto federativo.

Acerca das competências dos entes federativos, assinale a alternativa correta:

- a) É competência exclusiva da união legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.
- b) Legislar sobre direito tributário é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar é ação de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da

natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

- e) Compete privativamente à União estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação.

Questão 07

Controle de constitucionalidade de normas seria verificação por um órgão competente da consonância ou compatibilidade de uma determinada espécie normativa, levando-se em consideração uma Constituição, que fundamenta a validade daquela norma e, portanto, não podendo ser contrariada pela aquela norma inferior.

Marque a alternativa incorreta no tocante ao tema Controle de Constitucionalidade.

- a) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que analisará a necessidade ou não de defender o ato ou texto impugnado.
- b) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- c) São legitimados universais para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Partidos políticos com representação no Congresso Nacional.
- d) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- e) Para que seja considerada a representação, no Congresso Nacional, de partido político, é necessária a existência de apenas um parlamentar vinculado ao partido, em qualquer das casas Legislativas.

Direito Administrativo

Questão 08

Assinale a alternativa correta quanto às concessões no Serviço Público:

- a) As concessões de serviço público brasileiras não podem ter caráter de exclusividade.
- b) Nas concessões de serviço público brasileiras, a única fonte de recurso do concessionário é a

receita tributária, sendo vedada a possibilidade de fontes alternativas de receita.

- c) Desde que consignado no contrato de concessão, é válida a previsão de mecanismos privados para resolução de disputas relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem.
- d) A concessão comum de serviço público tem como modos de extinção: (I) o termo contratual, (II) a encampação, (III) a caducidade, (IV) a rescisão por iniciativa da concedente, (V) a anulação bilateral, (VI) a falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

Questão 09

Nos termos da Lei nº 8.666/1993, as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração Pública serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. O Estado de Pernambuco pretende executar obra, parcelada nos termos da afirmativa anterior. Nesse caso, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, há de corresponder. Assinale a alternativa correta.

- a) Uma única licitação, obrigatoriamente na modalidade tomada de preço.
- b) Licitação distinta, sempre na modalidade tomada de preço.
- c) Uma única licitação, obrigatoriamente na modalidade concorrência.
- d) Uma única licitação, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto.
- e) Licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto.

Questão 10

Sabe-se que o concurso público é obrigatório para admissão de servidores públicos na Administração Pública, podendo deixar de ser exigido em algumas situações, citando-se entre elas. Assinale a alternativa correta.

- a) Contratação sob regime celetista em empresas estatais.
- b) Contratação sob regime estatutário nas autarquias públicas.
- c) Contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d) Servidor transposto de uma carreira para outra.
- e) Admissão de servidor já submetido a concurso anterior para outro cargo.

Questão 11

A desapropriação é o procedimento por meio do qual o ente público determina a retirada de bem privado do seu proprietário, para que esse faça parte do patrimônio público, sempre embasado nas necessidades coletivas, mediante o pagamento de indenização, previamente defendida, de forma justa ao proprietário. Diante do tema “desapropriação”, assinale a alternativa incorreta.

- a) Desapropriação é a forma originária de aquisição da propriedade.
- b) Qualquer direito real que recaia sobre o bem fica sub-rogado no valor da indenização, de forma que os credores do ex-proprietário que tinham naquela propriedade, a garantia de seus créditos não ficarão desamparados após a medida.
- c) Caso o ente público realize o procedimento expropriatório indenizando particular que não ostenta a qualidade de proprietário do bem, o vício ensejará a nulidade do procedimento.
- d) O proprietário poderá requerer o pagamento da indenização, mas não poderá pleitear o retorno do bem ao seu domínio.
- e) A expressão “transferência” de propriedade não é correta por se tratar da desapropriação, haja vista não haver uma efetiva transição ou entrega, mas sim a retirada da propriedade original e o surgimento de um novo direito de propriedade, novo, sem qualquer ônus real.

Questão 12

Assinale a alternativa correta, sobre o tema Atos Administrativos:

- a) Para qualificar um ato jurídico como sendo ato administrativo é insuficiente a noção de regime jurídico, mas fundamental a identificação do órgão de poder a que pertença o agente que o tenha expedido.
- b) O exame da legalidade de um ato administrativo deve ser levado a efeito à luz das regras jurídicas em vigor, sendo útil, mas não indispensável, considerar também princípios jurídicos.
- c) O ato administrativo só é dotado de executoriedade quando a lei expressamente o estabelece.
- d) Ato Administrativo expedido no exercício de competência discricionária é insusceptível de controle judicial, pois esse controle implicaria exame do mérito do ato, o que é vedado ao judiciário fazer sob pena de ofensa ao princípio da independência entre os Poderes.
- e) Todo e qualquer Ato Administrativo é susceptível de apreciação pelo judiciário, não obstante a extensão do seu controle comporte limites em face de sua classificação.

Questão 13

Para Fernanda Marinela (2012), Poder de Polícia é “uma atividade da administração pública que se expressa por meio de seus atos normativos ou concretos, com fundamentos na supremacia geral e, na forma da Lei, de condicionar a liberdade e a propriedade dos indivíduos mediante ações fiscalizadoras, preventivas e repressivas”. Diante desta definição, assinale a alternativa incorreta.

- a) O poder de polícia é atividade típica do Estado e, portanto, somente pode ser exercido pelas pessoas jurídicas de direito público componentes da Administração Direta ou da Administração Indireta.
- b) São atributos do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.
- c) O poder de polícia no sentido amplo corresponde a toda e qualquer atuação restritiva do estado, abrangendo tanto atos do Poder Executivo, como também do Legislativo onde condiciona a liberdade e a propriedade em prol dos cidadãos.
- d) Prescreve em três anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato, ou no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- e) O poder de polícia abarca normas gerais e atos concretos, de natureza preventiva ou repressiva na limitação do exercício de direitos.

Direito Financeiro

Questão 14

No tocante ao tema Atividade Financeira do Estado, analise as assertivas, marcando a correta:

- a) O exercício financeiro coincide com um período de 180 (cento e oitenta) dias.
- b) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- c) Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício. Caso a anulação ocorra antes do encerramento deste, considerar-se-á receita do ano em que se efetivar a anulação.
- d) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, sem distinção entre as processadas e não processadas.
- e) As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que tenham sido processadas na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição

interrompida ou suspensa e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Questão 15

Despesa pública pode ser conceituada como o conjunto dos dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de Direito Público, para funcionamento dos serviços públicos.

Assinale a alternativa incorreta no que diz respeito às despesas públicas.

- a) É adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- b) A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos três subsequentes.
- c) Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) A expansão de ação governamental que venha a acarretar aumento de despesa deverá ser acompanhada de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- e) É compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

Questão 16

Assinale a alternativa correta no tocante às leis orçamentárias na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- a) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Senado Federal.
- b) Lei ordinária deverá estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e

indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

- c) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- d) O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- e) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Questão 17

Direito financeiro é o ramo do direito público que disciplina a atividade financeira do estado, a receita tributária, a receita pública e a despesa pública.

Marque a alternativa incorreta acerca das normas gerais do Direito Financeiro.

- a) É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- b) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando, dentre outros princípios, a busca do pleno emprego.
- c) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e privado.
- d) É princípio da atividade econômica o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- e) O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

Questão 18

É possível conceituar Crédito público como a capacidade de o governo cumprir obrigações financeiras com quem quer que seja, inclusive e principalmente com os próprios cidadãos. Também é a capacidade que tem os governos de obter recursos da esfera privada nacional ou de organizações internacionais, por meio de empréstimos.

Sobre o crédito público, assinale a assertiva correta:

- a) A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, mesmo quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.
- b) É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, salvo sob a forma de refinanciamento de dívida contraída anteriormente.
- c) A captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido não se equipara a uma operação de crédito, sendo, por isso, vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa e realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- e) Estará proibida a operação de crédito por antecipação de receita nos últimos dois anos de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito municipal.

Direito Tributário

Questão 19

A Constituição Federal atribuiu aos entes federados o poder de, através de suas leis, criarem seus tributos. Ao determinar essa competência, criou um instrumento limitador ao poder de tributar, excluindo da esfera de competência determinadas situações antecipadamente disciplinadas no texto constitucional. Estamos falando da Imunidade Tributária. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) Pode-se definir Imunidade como uma limitação ao poder de tributar, ou seja, foi criada para impedir que a lei emanada pelo ente federado e que institui tributo defina como hipótese de incidência certas situações protegidas pela Constituição.
- b) A imunidade é estabelecida pelo legislador constituinte objetivando proteger determinados valores por ele considerados fundamentais à sociedade. Assegurando tais valores, o legislador infraconstitucional não poderá atingi-los por meio da tributação.
- c) A Imunidade Recíproca, diferentemente da imunidade geral, não diz respeito apenas aos impostos, alcançando as contribuições e as taxas, em virtude da predominância do Princípio Federativo que em seu bojo defende serem os membros da Federação isonômicos e, como tal, devem receber igual tratamento.

- d) Considerada como um óbice constitucional, a imunidade é uma supressão do poder de tributar. A mesma Constituição Federal que confere poder aos entes federados para tributar, limita ou suprime essa competência tributária quando configurados certos pressupostos, situações ou circunstâncias.
- e) As imunidades estabelecidas na Constituição Federal de 1988 resguardam aspectos considerados fundamentais pelo legislador constituinte, tais como o equilíbrio federativo; a liberdade de associação, de pensamento e expressão bem como a liberdade política, religiosa; o desenvolvimento econômico, a expansão da cultura e muitos outros aspectos. Nestes termos, não devem ser entendidas como um favor ou benefício fiscal ou renúncia ao poder de tributar e sim como uma forma de resguardar e garantir os valores da sociedade e do cidadão.

Questão 20

Gatos & Felinos, empresa do ramo veterinário, presta serviços para a cidade do Recife. A lei tributária municipal não prevê isenções para a atividade e, em fiscalização realizada pelo fisco em 2015, tratando-se de tributo lançado por homologação, identifica a falta parcial de recolhimento do imposto devido para os exercícios de 2009, 2010, 2013 e 2014. Identificando as pendências, faz a cobrança do tributo para todos os períodos mencionados, constituindo o crédito tributário pelo lançamento. Diante da situação hipotética, assinale a resposta correta:

- a) O fisco agiu corretamente para todos os períodos, uma vez que o prazo para prescrição e decadência está descaracterizado no exemplo dado por ser o tributo lançado por homologação.
- b) O fisco agiu erradamente nos lançamentos de todos os períodos, porque, sendo a relação jurídica tributária compulsória, independente de prazo decadencial e/ou prescricional. No exemplo citado, deve-se inscrever o contribuinte em dívida ativa para que a cobrança possa ser efetivada.
- c) No exemplo dado, como ainda não havia ocorrido a prescrição nem a decadência para nenhum dos períodos o fisco agiu corretamente ao fazer a cobrança para todos os períodos porque a inscrição em dívida ativa ainda não havia sido concretizada.
- d) O fisco errou ao realizar o lançamento para o exercício de 2009, uma vez que naquele período havia ocorrido a decadência, modalidade de extinção do crédito tributário.
- e) Sendo a prescrição a perda do direito do fisco lançar, verifica-se que agiu incorretamente para os exercícios de 2010, 2013 e 2014, períodos em que a constituição do crédito tributário estava impedida pela prescrição.

Questão 21

O CTN – Código Tributário Nacional dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Embora criado como lei ordinária - Lei n.º 5.172/1966, foi recebido pela Constituição de 1988 com o status de lei complementar e tem a função de regular as normas gerais de direito tributário aplicáveis a todos os entes federados. Assinale abaixo a previsão normativa não compatível com o instituto jurídico:

- a) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei; bem como a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- b) A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto na própria Constituição.
- c) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra. Esta atribuição, no entanto, não compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
- d) Somente a União, em casos excepcionais, pode instituir empréstimos compulsórios, a exemplo de guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis; conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- e) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Questão 22

É a responsabilidade tributária fenômeno segundo o qual um terceiro que não tenha relação direta e pessoal com o fato gerador da obrigação principal, está supletivamente obrigado, de forma total ou parcial, ao pagamento ou cumprimento daquela obrigação. Sobre o tema responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade tributária é do contribuinte, mesmo que não pratique o fato gerador.
- b) Para que seja identificado como responsável, embora não tenha relação íntima com a conduta descrita na norma tributária impositiva da obrigação principal, é necessário que exista alguma ligação entre o sujeito responsável e o fato gerador. Em outras palavras, a lei não pode eleger qualquer pessoa como responsável tributário, pois somente se justifica a responsabilidade se a escolha legal recair sobre pessoa que, não tendo relação direta e pessoal, possua algum tipo de vínculo com a situação legal hipotética descrita como fato gerador da obrigação.
- c) A responsabilidade tributária é atribuída tacitamente por lei a terceira pessoa que, embora não tenha praticado o fato gerador e não lhe caiba o ônus financeiro, está vinculada e responderá supletivamente por esta.
- d) A Responsabilidade tributária independe de qualquer vínculo existente entre terceiro e o contribuinte. Para sua identificação é necessário que haja expressa determinação legal ou a existência de convenção entre as partes, a exemplo do contrato de locação de imóvel em que é o inquilino quem expressa a capacidade contributiva do tributo imobiliário ao imóvel referente.
- e) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, respeitando-se, a título de cobrança do tributo, o benefício de ordem, devendo primeiro ser cobrado do contribuinte e só no caso inadimplemento, ao responsável.

Questão 23

Som & Cia, empresa de tecnologia, recebe em 2018 a visita do fisco para fiscalização dos exercícios de 2015 e 2016, cujo recolhimento tinha sido parcial para todos os meses. Para realizarem a cobrança, os auditores utilizam a **Lei A**, norma vigente à época do fato gerador; e, por ter instituído novos critérios de

apuração do tributo através da **Lei B**, passou a também utilizá-la no mesmo procedimento de cobrança. Sobre a atuação do fisco nesta situação hipotética, está correto afirmar:

- a) O fisco agiu de forma correta porque aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios.
- b) O fisco equivocou-se na cobrança, uma vez que usou inadvertidamente a Lei B, ignorando que, em qualquer hipótese, o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação, tanto em termos materiais quanto formais, regendo-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- c) O fisco agiu de forma incorreta porque ignorou o aspecto formal do procedimento administrativo que diz respeito e representa a própria constituição do crédito tributário, diferenciando do aspecto material que se refere às formalidades legais exigidas para que o ato se torne eficaz.
- d) O fisco agiu corretamente ao utilizar a Lei B em conjunto com a Lei A porque, em certas situações particulares, como por exemplo o tipo da atividade desenvolvida pelo contribuinte, o lançamento não pode se reportar apenas à data da ocorrência do fato gerador.
- e) O fisco errou na cobrança, uma vez que a Lei B jamais poderia ser utilizada para os lançamentos por homologação na hipótese de ampliar os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgar ao crédito maiores garantias ou privilégios.

Questão 24

Os tributos _____ são aqueles que têm como fato gerador uma atuação do Estado em relação ao seu obrigado. A _____ é tributo cuja instituição é para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária. Os _____ correspondem à receita que o Estado cobra dos particulares, sob promessa de restituição, tendo em vista, exclusivamente, o interesse público da atividade desenvolvida pelo governo, nos casos especiais estabelecidos pela Constituição, levando em conta a capacidade contributiva de cada um.

_____ são tributos cujo fato gerador é configurado por uma atuação estatal específica, que consiste no exercício regular do poder de polícia; ou na prestação de serviços ao contribuinte.

Complete as lacunas assinalando a alternativa que apresenta a ordem correta de preenchimento.

- a) contraprestacionais – contribuição de melhoria – empréstimos compulsórios – Taxas
- b) não-contraprestacionais – contribuição de melhoria – contribuições especiais – Impostos
- c) contraprestacionais – empréstimos compulsórios – taxas - Contribuição de melhoria
- d) não-contraprestacionais – contribuição de melhoria – empréstimos previdenciários – Taxas
- e) contraprestacionais – contribuição de melhoria – empréstimos previdenciários – Impostos

Questão 25

Legislação tributária refere-se ao conjunto de normas jurídicas tributárias, ou seja, a reunião de todos os dispositivos constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, além de toda legislação infraconstitucional, desde que disponham sobre os tributos, seus aspectos e particularidades. Sobre o tema, identifique a alternativa incorreta:

- a) Dentre as hipóteses em que somente a lei pode estabelecer está a instituição de tributos, ou a sua extinção.
- b) Equipara-se à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.
- c) O conteúdo e o alcance dos decretos restringem-se aos das leis em função das quais sejam expedidos, determinados com observância das regras de interpretação estabelecidas no CTN.
- d) São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas; as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa; as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas; e os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. A observância destas normas exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo pelo fisco.

- e) Os tratados e as convenções internacionais sobrepõem-se à toda legislação interna, inclusive sobre os dispositivos constitucionais acerca de matéria tributária.

Direito Civil e Direito Empresarial

Questão 26

O Código Civil no seu Art. 1º, dispõe que “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”. Liga-se à pessoa a ideia de personalidade, que exprime a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair deveres. Sendo a pessoa natural, o sujeito das relações jurídicas e a personalidade, a possibilidade de ser sujeito, toda pessoa é dotada de personalidade. Esta tem sua medida na capacidade, que é reconhecida, num sentido de universalidade, no art. 1º, que, ao prescrever “toda pessoa é capaz de direitos e deveres”, emprega o termo “pessoa” na acepção de todo ser humano, sem qualquer distinção de sexo, idade, credo ou raça. E no seu Art. 2º, reza que “a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. Com relação ao artigo 2º do código civil, leia atentamente as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Conquanto comece do nascimento com vida a personalidade civil do homem, a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, como: o direito à vida; à filiação e à integridade física.
- II. Conquanto comece do nascimento com vida a personalidade civil do homem, a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, exceto: a alimentos, a uma adequada assistência pré-natal, visto que há, tutelando feto, pensão alimentícia para pagamento de despesas adicionais advindas de mulher grávida, da concepção ao parto e para atender suas necessidades.
- III. Conquanto comece do nascimento com vida a personalidade civil do homem, a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, como: a um curador que zele pelos seus interesses em caso de incapacidade de seus genitores; de receber herança; de ser contemplado por doação; de receber indenização por dano moral pela morte do pai e de ser reconhecido como filho.

- a) As assertivas I e II estão corretas
- b) Todas as assertivas estão incorretas
- c) As assertivas I e III estão corretas
- d) Apenas a assertiva III está correta
- e) Todas as assertivas estão incorretas

Questão 27

Direito real de garantia é o direito que confere ao credor a pretensão de obter o pagamento da dívida com o valor de bem aplicado exclusivamente à sua satisfação. Sua função é garantir ao credor o recebimento da dívida, por estar vinculado determinado bem ao seu pagamento. O direito do credor concentra-se sobre determinado elemento patrimonial do devedor. Os atributos de sequele e preferência atestam sua natureza substantiva e real. O Art. 1.419, do Código Civil Brasileiro, preceitua que “nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação”, portanto, “só aquele que pode alienar poderá empenhar, hipotecar ou dar em anticrese; só os bens que se podem alienar poderão ser dados em penhor, anticrese ou hipoteca” (art. 1.420 CC). Diante dos temas “Do Penhor e Da Hipoteca”, ambos direitos reais de garantia, que elementos deverão ser declarados obrigatórios, sob pena de não terem eficácia nos contratos de penhor e no contrato de hipoteca. Assinale a alternativa incorreta.

- O valor do crédito, sua estimacão ou valor máximo.
- O prazo fixado para pagamento.
- A taxa dos juros, se houver.
- O bem dado em garantia com as suas especificacões.
- A opçãõ dada ao credor em dispensar o recebimento da dívida.

Questão 28

Considera-se nome empresarial a firma ou denominaçãõ adotada para o exercicío de empresa. Nome empresarial é aquele sob o qual o _____, a _____ e a _____ exercem suas atividades e se obrigam nos atos a elas pertinentes. Escolha a opçãõ que se completa corretamente as lacunas acima.

- empresário – empresa individual de responsabilidade limitada – sociedade simples.
- empresário – empresa individual de responsabilidade limitada – sociedade empresária.
- sócio – empresa individual de responsabilidade limitada – sociedade empresária.
- sócio – empresa individual de responsabilidade limitada – sociedade simples.
- empresário – sociedade de responsabilidade limitada – sociedade empresária.

Questão 29

Para Fábio Ulhoa Coelho, o estabelecimento empresarial “é o conjunto de bens que o empresário reúne para exploraçãõ de sua atividade econômica.” (COELHO, 2009, p. 96). Trata-se do conjunto dos bens indispensáveis à atividade principal e ao desenvolvimento da empresa, de sorte que este conjunto de elementos constitui parte essencial e indissociável à empresa.

São elementos de Estabelecimento Empresarial, exceto:

- Os veículos e as máquinas utilizados nas atividades nele exercidas.
- A clientela que a ele se dirige.
- As mercadorias do estoque.
- Os móveis e utensílios.
- A marca registrada dos produtos nele comercializados.

Questão 30

Adriano constituiu uma sociedade de responsabilidade limitada com Bruno, Caio e Duco. Em 24 de julho de 2008, Adriano retirou-se da sociedade, averbando a alteraçãõ do contrato social na Junta Comercial do Estado de Pernambuco. Em 28 de outubro de 2011, Eduardo, empregado contratado da sociedade de responsabilidade limitada quando Adriano era sócio, propôs uma açãõ trabalhista em face da pessoa jurídica. Bruno, Caio e Duco não foram encontrados. Provocado pela advogada do Reclamante, o Juiz da Vara do Trabalho oficiou a Junta Comercial para que esta lhe encaminhasse o Contrato Social da empresa, onde encontrou o endereço de Adriano e determinou a sua citaçãõ, por entender existir a responsabilidade solidária. Considerando as informações deste caso, assinale a alternativa correta.

- O juiz não agiu em consonância com a legislaçãõ vigente que expressamente estabelece que a responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores prescreve no prazo de dois anos contados da averbaçãõ da resoluçãõ da sociedade no órgão competente.
- O juiz agiu em consonância com a legislaçãõ vigente porque a prescriçãõ da responsabilidade pelas obrigações sociais da sociedade limitada é de cinco anos contados da averbaçãõ da resoluçãõ da sociedade no órgão competente.
- O juiz agiu em consonância com a legislaçãõ vigente porque a prescriçãõ da responsabilidade pelas obrigações sociais, ocorre no prazo de dois anos contados da averbaçãõ da resoluçãõ da

sociedade, porém não se aplica à sociedade limitada.

- d) O Juiz agiu em consonância com a legislação vigente porque, muito embora Adriano tenha se retirado da sociedade, é responsável solidário com os demais sócios pela contratação do empregado da pessoa jurídica.
- e) O juiz não agiu em consonância com a legislação vigente que expressamente estabelece que a responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores prescreve no prazo de um ano contado da averbação da resolução da sociedade no órgão competente.

Questão 31

O Código Civil/2002, dispõe no Título II – Das Pessoas Jurídicas – as disposições gerais sobre as Pessoas Jurídicas no Direito Brasileiro. O artigo 40 desta Lei preceitua que “As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado”. E no artigo 44 preconiza que “são pessoas jurídicas de direito privado: as associações; as sociedades; as fundações; as organizações religiosas; os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada”. Dentro deste contexto, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

II. Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

III. Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.

IV. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

V. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela entrará imediatamente em liquidação.

- a) Com exceção das assertivas I e II, todas as demais são verdadeiras.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Com exceção da assertiva V, todas as demais são verdadeiras.

- d) Com exceção da assertiva III, todas as demais são verdadeiras.
- e) Todas as assertivas são falsas.

Direito Processual Civil

Questão 32

Acerca das tutelas provisórias no Novo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Um ponto de similaridade entre todas as espécies de tutelas provisórias é a necessidade de demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- b) Quando do requerimento de uma tutela cautelar em caráter antecedente, o réu deverá ser citado para, no prazo de 15 dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- c) Após a efetivação da tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que foi deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas e, não podendo, contudo, haver o aditamento da causa de pedir.
- d) No caso de a tutela antecipada requerida em caráter antecedente se tornar estável, a decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar.
- e) Se for realizado um pedido de tutela cautelar e o juiz entenda que o pedido tem natureza de tutela antecipada, o processo deverá ser extinto sem resolução de mérito.

Questão 33

O juiz de direito da 52ª Vara Cível de determinada comarca recebeu uma petição inicial na qual foi verificada a falta de documento indispensável à propositura da ação.

No caso hipotético apresentado acima, o juiz deverá:

- a) Determinar que o autor emende a petição inicial no prazo de 5 dias.
- b) Extinguir o processo sem resolução de mérito.
- c) Determinar que o autor emende a petição inicial no prazo de 15 dias.
- d) Determinar o prosseguimento do feito, em conformidade com o princípio da primazia do julgamento de mérito.
- e) Determinar que o autor complete a petição inicial no prazo de 15 dias.

Questão 34

A assistência é modalidade de intervenção de terceiros *ad coadjuvandum*, pela qual um terceiro ingressa em processo alheio para auxiliar uma das partes.

Sobre esta modalidade de intervenção de terceiros, marque a alternativa incorreta:

- a) A assistência litisconsorcial se dá quando a sentença influir na relação jurídica entre o assistente e o adversário do assistido.
- b) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição.
- c) Não havendo impugnação pelas partes no prazo de 15 dias, o pedido do assistente de intervir na lide será deferido, não cabendo, neste caso, rejeição liminar.
- d) Caso o assistente simples seja admitido, este fato não obsta que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- e) Sendo revel ou, de qualquer outro modo, omissivo o assistido, o assistente será considerado seu substituto processual.

Questão 35

Resumidamente, pode-se definir o litisconsórcio como a pluralidade de sujeitos em um dos polos de uma relação processual.

Sobre este instituto, é correto afirmar que:

- a) O litisconsórcio necessário é aquele na qual o provimento jurisdicional de mérito tem de regular de modo uniforme a situação jurídica dos litisconsortes.
- b) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, quando o juiz perceber que o autor não colocou no polo passivo da demanda todos os que devam ser litisconsortes, deverá, de ofício, citar os participantes faltantes.
- c) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um, não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- d) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, mas só aquele que realizar tal ação será intimado do respectivo ato.
- e) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento, caso os processos corram em autos físicos.

Questão 36

Nos termos do Novo Código de Processo Civil, sentença é o pronunciamento do juiz por meio do qual, com fundamento nos artigos 485 e 487 do referido *códex*, se põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.

Sobre a sentença, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Caso reconheça a existência de coisa julgada, o juiz deverá proferir sentença sem resolução de mérito.
- b) O juiz deverá proferi-la em 60 dias, prazo que pode ser prorrogado por igual período se houver motivo justificado.
- c) Se, ao proferir uma sentença, for interposto recurso de apelação, o juiz terá 5 dias para retratar-se.
- d) Se o juiz observar uma das causas que requeiram uma decisão sem resolução de mérito, não poderá proferir sentença com resolução de mérito, sob pena de ferir o direito das partes à observância do devido procedimento processual.
- e) A sentença não será considerada fundamentada caso deixe de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento, o mesmo não podendo fazer em caso de superação de entendimento.

Questão 37

Segundo o exposto no Novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, suspender-se-á o processo:

- a) Pela remessa do incidente de suspeição ou impedimento ao tribunal para julgamento.
- b) Quando o advogado responsável pelo processo constituir único patrono da causa e tornar-se pai, situação em que o processo será suspenso por 30 dias.
- c) Pela morte do réu, mas não do autor, caso em que deverá ser extinto o processo sem resolução de mérito.
- d) Por convenção das partes, caso em que a suspensão não poderá durar mais de um ano.
- e) Quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa, caso em que a suspensão não poderá durar mais de um ano.

Questão 38

Com base na Lei de Execução Fiscal, Lei nº 6.830/80, assinale a alternativa correta:

- a) O executado poderá oferecer embargos à execução fiscal no prazo de 30 (trinta) dias, onde

deverá alegar toda a matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos, os documentos e rol de testemunhas, até três, ou, a critério do juiz, até seis.

- b) O executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- c) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange apenas o valor nominal do débito fiscal, não contemplando a atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- d) Até a citação do executado, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída.
- e) A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção *juris et de jure* de certeza e liquidez.

Direito do Trabalho

Questão 39

A extinção do contrato de trabalho caracteriza-se pelo fim do vínculo obreiro, tendo regras próprias previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.

Sobre este instituto, assinale a alternativa correta:

- a) A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes, bem como, o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação, deverão ser efetuados até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato quando do aviso prévio trabalhado.
- b) As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo a necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.
- c) A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de um mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a três meses.
- d) O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que serão devidas, pela metade, o aviso prévio, se indenizado e as férias não gozadas, devendo ser pagas, na integralidade, as demais verbas trabalhistas.
- e) No caso de morte do empregador constituído em empresa individual é automaticamente rescindido o contrato de trabalho.

Questão 40

Acerca do contrato individual de trabalho, seus sujeitos e conceitos, marque a assertiva correta:

- a) Quando uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sobre a administração, direção ou controle de outra, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego. Tal situação não ocorrerá se cada empresa guardar sua autonomia própria.
- b) Considera-se de serviço efetivo apenas o período em que o empregado esteja à disposição do empregador executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.
- c) Considera-se empregado, toda pessoa que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário.
- d) Equiparam-se ao empregador, para efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
- e) Se duas empresas demonstrarem, apesar de efetiva comunhão de interesses e atuação conjunta, não possuir identidade de sócias, não será possível a caracterização de grupo econômico.

Questão 41

O direito às férias remuneradas é garantido constitucionalmente ao trabalhador, que o adquire após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho.

Sobre as férias, assinale a alternativa correta:

- a) O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de 120 (cento e vinte) dias da data em que se verificar a respectiva baixa.
- b) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 15 (quinze) dias.
- c) Durante as férias, em hipótese alguma o empregado poderá prestar serviços a outro empregador.
- d) As férias coletivas poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 15 dias corridos.
- e) Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

Questão 42

No tocante à remuneração do empregado, principal obrigação do empregador dentro do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) O empregado, sujeito a controle de horário, remunerado à base de comissões, não tem direito ao adicional de, no mínimo, cinquenta por cento pelo trabalho em horas extras.
- b) O cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito dos reflexos em verbas trabalhistas, observará a média de horas trabalhadas, dividida pelos dias trabalhados no mês, aplicando-se o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas.
- c) Existindo, ao mesmo tempo, gratificação por tempo de serviço outorgada pelo empregador e outra da mesma natureza prevista em acordo coletivo, convenção coletiva ou sentença normativa, o empregado tem direito a receber, exclusivamente, a que lhe seja mais benéfica.
- d) Estando o empregado laborando em horário noturno, em atividade na qual normalmente incida o adicional de periculosidade, deve optar qual dos dois adicionais irá receber.
- e) O empregado detentor de cargo de confiança não tem direito ao adicional de transferência.

Questão 43

O 13º salário, ou gratificação natalina, é direito social previsto na Constituição Federal e foi instituído pela Lei 4090/62. Sobre tal direito, marque a alternativa incorreta:

- a) É computável a gratificação de Natal para efeito de cálculo de indenização.
- b) A gratificação natalina é devida pela empresa cessionária ao servidor público cedido enquanto durar a cessão.
- c) A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado ou não, não integra o cálculo da gratificação natalina.
- d) A gratificação natalina é devida na rescisão contratual de iniciativa do empregado.
- e) As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo de gratificação natalina.

Questão 44

É um direito do trabalhador expressamente previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- a) Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos e de

- qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.
- b) Repouso semanal remunerado a ser realizado aos domingos.
- c) Licença-paternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de cento e vinte dias.
- d) Jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- e) Seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

Direito Processual do Trabalho

Questão 45

Sobre os recursos no processo do trabalho, marque a alternativa incorreta:

- a) No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias de decisão não unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei.
- b) Sob pena de não conhecimento do Recurso de Revista, é ônus da parte transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.
- c) Cabe agravo de instrumento, no prazo de 8 (oito) dias, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções.
- d) Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.
- e) Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura

Questão 46

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943), alterada pela Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017, assinale a alternativa correta acerca dos prazos processuais no Direito Processual do Trabalho.

- a) Apresentada a exceção de suspeição, o juiz ou Tribunal designará audiência dentro de 48 (quarenta e oito) horas, para instrução e julgamento da exceção.
 - b) Os prazos processuais contam-se com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, podendo, entretanto, ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo juiz ou tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.
 - c) Ao juízo incumbe dilatar ou diminuir os prazos processuais, adequando-os às necessidades do conflito, de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.
 - d) Após a distribuição da Reclamação Trabalhista, o Reclamado será citado para contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias, que coincidirá com a realização da audiência de instrução.
 - e) Em caso de citação por edital, conta-se o prazo a partir da data em que o edital for publicado, não podendo este começar a correr a partir do momento em que o edital tiver sido apenas afixado na sede do juízo ou Tribunal.
- a) Compete às Varas do Trabalho decidir quanto à homologação de acordo extrajudicial em matéria de competência da Justiça do Trabalho.
 - b) Compete privativamente aos Presidentes do Tribunais Regionais exercer correição pelo menos uma vez por ano, sobre as Juntas, ou parcialmente sempre que se fizer necessário.
 - c) Nos Tribunais Regionais constituídos de seis ou mais juízes togados, e menos de onze, um deles será escolhido dentre advogados, um dentre membros do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho e os demais dentre juízes do Trabalho Presidente de Junta da respectiva Região.
 - d) Nas localidades não compreendidas na jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento, os Juízos de Direito são os órgãos de administração da Justiça do Trabalho, com a jurisdição que lhes for determinada pela lei de organização judiciária local.
 - e) Nas localidades onde houver mais de um Juízo de Direito investido na jurisdição trabalhista, será competente o Juiz do Cível mais antigo.

Questão 47

É da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar:

- a) As ações sobre representação sindical, exclusivamente ente sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.
- b) Os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, inclusive em se tratando de conflito de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal de Justiça.
- c) As ações oriundas da relação de trabalho, excluídos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) O *habeas corpus*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- e) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por qualquer ente da administração pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Questão 48

A sistemática organizacional da Justiça do Trabalho traz como órgãos, os juízes do trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho.

Sobre a organização da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa incorreta:

Questão 49

O Recurso de Revista é cabível quando há, essencialmente, divergência jurisprudencial, divergência de interpretação e violação à lei ou à Constituição Federal.

Acerca do Recurso de Revista, marque a alternativa correta:

- a) A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Superior Tribunal de Justiça, ou superada por notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
- b) É um indicador de transcendência jurídica a ser examinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.
- c) O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela presidência do Tribunal Regional do Trabalho, abrange a análise os pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, bem como o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
- d) Quando houver multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito, a questão poderá ser afetada à Seção Especializada em Dissídios Individuais ou ao Tribunal Pleno, por decisão da maioria simples de seus membros, mediante requerimento de um dos Ministros que compõem a Seção Especializada, considerando a relevância da matéria ou a existência de entendimentos divergentes entre os Ministros dessa Seção ou das Turmas do Tribunal.

- e) O relator do recurso de revista poderá denegar-lhe seguimento, em decisão monocrática, exclusivamente nas hipóteses de intempestividade, deserção ou de irregularidade de representação.

Questão 50

Assinale a alternativa correta no que diz respeito às Reclamações Trabalhistas:

- a) A reclamação deverá ser escrita e conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.
- b) A reclamação poderá ser apresentada, exclusivamente, pelos empregados e empregadores, pessoalmente ou por seus representantes, e pelos sindicatos de classe.
- c) Sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, mediante conexão, independentemente da identidade das partes no polo passivo ou ativo das reclamações.
- d) A reclamação trabalhista pode ser apresentada por intermédio das Procuradorias Regionais da Justiça do Trabalho.
- e) Após a notificação do Reclamado para comparecer à audiência do julgamento, não poderá, o Reclamante, sem o consentimento do Reclamado, desistir da ação.